



Recebido em:
05/07/2017
Aprovado em:
06/07/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

A REPRESENTAÇÃO DOCENTE FEMININA SERGIPANA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

LUANA INÊS ALVES SANTOS
SÉRGIO MURILO FONTES DE OLIVEIRA FILHO

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

RESUMO

A instrução pública brasileira, em sua origem, ocorreu principalmente através do ensino por docentes do sexo masculino. É no fim do século XIX, através da criação dos cursos das Escolas Normais, que acontece a feminização do ensino, perpetuando-se durante os anos seguintes. O cenário do magistério público nacional se refletiu em Sergipe, com as suas particularidades próprias. O contexto social, os baixos salários e a influência familiar foram de grande influência para as decisões tomadas pelas normalistas durante o período já referido. O objetivo deste artigo é, então, discorrer acerca das representações docentes femininas brasileiras durante a primeira metade do século XX, analisando a continuidade da feminização do ensino e considerando o contexto no qual a formação dessas professoras e o ensino no magistério público primário estava inserido.

Palavras-chave: Feminização do Magistério. Formação Docente. Representação Docente Sergipana.

ABSTRACT

The Brazilian public instruction, in its origin, occurred mainly towards the teaching by teacher of the male sex. It is only at the end of the 19th century that, with the creation of the Normal Schools, that happens the feminization of teaching, that perpetuates along the following years. The scenario of the national public teaching reflected in Sergipe, with its own particularities. The social context, the low salaries and the familiar influence were of profound influence for the decisions taken by the "normalists" during the referred period. The purpose of this article then is to discourse about the Brazilian female teaching representations during the first half of the 20th century, analyzing the continuity of the feminization of teaching and considering the context in which the formation of these teachers and the teaching in the public teaching was inserted.

Key-words: Feminization of Teaching. Teaching Formation. Teaching Representations from Sergipe.

AS ESCOLAS NORMAIS E A FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

De acordo com Villela (2000, p. 101), no Brasil, o "processo de institucionalização da formação docente teria início a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX, com o surgimento das primeiras escolas normais provinciais". Nessas escolas seriam ofertados os cursos que preparariam os futuros docentes para atuarem no magistério público.

Desde a sua origem, os cursos estavam disponíveis tanto para homens quanto mulheres. No entanto, nas décadas iniciais à instituição das escolas normais, o conteúdo do currículo feminino tornava as mulheres menos preparadas para o magistério, já que em seus currículos elas eram privadas do aprendizado de conteúdos como noções de álgebra e geometria, e deveriam aprender a costura, o bordado e demais elementos relacionados à educação doméstica, os quais não estavam incluídos no currículo masculino. “Somente no final do século, com a experiência da coeducação, num momento em que o número de mulheres superava o de homens, vamos ter o currículo unificado.” (VILLELA, 2000, p. 109).

Villela (2000, p. 119) ainda aponta que “num espaço de quase cinco décadas, uma profissão quase que exclusivamente masculina tornar-se-ia prioritariamente feminina, sendo que a formação profissional possibilitada por essas escolas teria papel fundamental na luta das mulheres pelo acesso a um trabalho digno e remunerado”, destacando a feminização do magistério e a diferenciação de conteúdo entre os currículos feminino e masculino.

A necessidade de mulheres no magistério das escolas femininas possibilitou a criação de um discurso no qual as mesmas seriam consideradas as regeneradoras morais da sociedade. “É interessante notar como esse discurso ideológico vai aos poucos desconstruindo a visão de mulher sedutora e pecadora e construindo uma noção de mulher como ser ‘naturalmente’ puro.” (VILLELA, 2000, p. 120). É esse discurso que tentaremos compreender no presente texto.

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER BRASILEIRA DO SÉCULO XX

Para uma melhor compreensão do processo de feminização do magistério no Brasil, se faz necessário entender como a mulher estava inserida na sociedade. O foco temporal de discussão do presente artigo é a primeira metade século XX, afim de analisar a continuidade desse processo. O final do século XIX, marco da configuração dessa nova identidade profissional, foi utilizado para fins de contextualização.

Enfim o século XX se inicia e as mulheres permanecem bastante presentes no ensino público primário. Quais as possíveis motivações para essa marcante presença? Haveria vantagens para o Estado com essa escolha? Como a sociedade interagiu com este fato? O que isso representava para a mulher brasileira (e sergipana)? Antes de partir para a compreensão dessas questões, há de se discorrer melhor sobre o referido período para que seja apresentada uma visão geral quanto aos valores sociais da época.

O século XX foi marcado pela alteração tímida da visão do corpo pela sociedade. Já não era totalmente uma vergonha o expor. Com isso, as mulheres “começam a despir-se para praticar esportes, para dançar, para atuar nos palcos ou para vender-se.” (DEL PRIORE, 2011, p. 106). Surge a lingerie. O corpo feminino torna-se um grande suporte para o erotismo, em um momento em que o pudor começava a se dissipar.

No entanto, essas mudanças não eram “acessíveis” para todas as mulheres, especialmente para as mulheres “de família”. E o que seriam tais mulheres? Ainda no século XX, a mulher não é considerada capaz de se desenvolver socialmente de forma independente e individual. Ela precisa da figura do outro, especialmente do sexo masculino, para que seja reconhecida como uma boa moça, digna de respeito. Ela precisa ter ares de pureza, até que se case, procrie, e se torne assim uma mulher “de família”. Dessa forma, despir-se não é, de fato, um ato aconselhável à elas.

O ambiente onde o corpo começa a se despir é o teatro. Com atitudes incisivas e explícitas, a sociedade então confunde a performance da atriz com a de, em termos atuais, uma profissional do sexo.

O discurso higienista, o casamento virgem e a repressão sexual são alguns dos fatores constantes no século XX. A moral tradicional preconizada pela sociedade era posta acima da personalidade de qualquer indivíduo e especialmente à da mulher, a qual era facilmente julgada e questionada se não agisse de forma adequada à tais valores sociais.

Ainda assim, devido a estudos e publicações médicas, foi possível vivenciar uma inibida mudança quanto à sexualidade e prazer femininos ainda no fim da primeira metade do século XX, embora até mesmo a educação sexual fosse um tema rodeado de crenças e tabus.

A MULHER SERGIPANA E O MAGISTÉRIO PÚBLICO PRIMÁRIO

Há de se mencionar a influência do cenário nacional no cenário local. Em Sergipe, a instituição dos grupos escolares em 1911, que buscavam atender ao ensino primário público, contou com um corpo docente “formado predominantemente por mulheres, professoras e professoras adjuntas” (AZEVEDO, 2009, p. 81). O cargo de direção dos grupos no Estado chegou até a ser ocupado por mulheres, diferentemente de outros grupos escolares no país, onde esse cargo ficava, em geral, com os homens. Azevedo (2009, p. 131) aponta que a grande quantidade de mulheres no magistério se deve à grande procura das mulheres sergipanas pelo já mencionado curso normal.

Havia, por parte do Estado, uma preferência pelo sexo feminino quando da contratação de professores. A justificativa para tal ação se dava através da posição econômica da mulher na sociedade:

o salário mais baixo para as mulheres pode estar relacionado à posição ocupada por elas na sociedade do período. A mulher não era vista como chefe de uma família ou como pessoa independente. Além disso, o trabalho do magistério, até certo ponto, mostrava-se como uma extensão do trabalho doméstico. A renda da profissional poderia, dessa forma, ser complementada pela renda do pai ou do marido, o que, efetuado a longo prazo, traria largos prejuízos para o magistério, pois legitimava, com o passar dos anos, o crescente empobrecimento da categoria. (AZEVEDO, 2009, p. 132)

Ou seja, a figura de professora, que não precisava receber salários iguais, antes complementava a de dona de casa do que a substituíria, não proporcionando à mesma uma independência social, e tampouco econômica. Além disso, o fato de receber salários mais baixos contribuiu para que se instituisse, assim, uma desvalorização econômica e conseqüentemente social para a categoria. Ainda segundo Azevedo (2009, p. 132), o salário mais baixo, no entanto, não configurava uma desvalorização do trabalho feminino, que era, na verdade, bem visto socialmente, significando, inclusive, uma forma de inserção social, também devido ao diploma adquirido na Escola Normal.

Para melhor ilustrar as representações das professoras do século XX, far-se-á uma breve análise através da autora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas e sua obra “*Vestidas de Azul e Branco*”, que traz representações de ex-normalistas sergipanas entre as décadas de 20 e 50, explicitando o que as motivaram a iniciar o curso normal e como foi a experiência de fazer parte do magistério primário público sergipano. Todas as normalistas entrevistadas estudaram no Instituto de Educação Rui Barbosa.

Um dos primeiros aspectos a ser destacado quando da decisão das jovens a estudarem para o ingresso no magistério é a influência familiar. É “explícito o papel da família – mãe, pai, avó – no encaminhamento ao curso normal. Sendo jovens, era comum que a família participasse de suas decisões; no entanto, em alguns casos, a influência foi decisiva, isto é, a informante era levada ao curso normal por uma decisão familiar.” (FREITAS, 2003, p. 38)

Através da afirmação acima da autora, é possível compreender que nem sempre as jovens tinham um poder de escolha quanto ao seu futuro profissional. As “futuras professoras ingressavam no curso Normal ainda adolescentes, entre 12 e 15 anos, para a realização de um curso que variava, a depender do currículo vigente, entre 03 e 05 anos.” (AZEVEDO, 2009, p. 84), o que favorece a possibilidade de interferência familiar nas decisões das jovens.

O envolvimento da família nessa decisão pode estar intrinsecamente relacionado a um ponto em comum no discurso das ex-normalistas entrevistadas por Freitas (2009): o valor e o reconhecimento social em ser professora. Essa característica pode ser observada desde a instituição dos grupos escolares, inclusive. Mesmo com outras ambições profissionais, como estudar medicina, por exemplo, algumas ex-normalistas mencionam a falta de recursos financeiros para arcar com a despesa deste curso como, de certa forma, um empecilho para seguir adiante com outros propósitos profissionais que não fossem o magistério.

Neste momento, se torna muito importante o investimento da profissionalização feminina. O trabalho, para a mulher, é

visto então como um objetivo de vida, uma garantia de sobrevivência e também de independência econômica. Para melhor ilustrar a situação, faz-se importante compreender abaixo o relato de Lídia, uma das ex-normalistas entrevistadas por Freitas (2003). Ela foi normalista no fim da década de 50, e menciona o apoio que recebeu do pai e da mãe para investir primeiramente na sua carreira, e só depois em casamento.

pois é, as moças eram preparadas assim, para o casamento. Agora, uma ressalva: o meu pai, não me preparou para o casamento. (risada) Muito pelo contrário, ele queria que eu estudasse, me formasse, tivesse um emprego, e ele me dizia assim: 'o melhor marido do mundo é o emprego!'... Naquela época, meu pai dizia isso, 'o melhor marido do mundo é o emprego! Esse negócio de casamento é muito secundário... Você tem que estudar, se formar, ter seu emprego e a sua independência, você tem que ser independente!'... A minha mãe, você repare... Ela falava e ainda comparava: 'Você quer ficar como a sua mãe, dentro de casa, lavando, cozinhando Você não é disso mesmo, você não tem muito jeito para essas coisas, nem gosta de nada de cozinha, nem de serviços domésticos, nem tem estrutura física para isso, você tem que estudar! Tem quer ser independente!' E por aí foi mesmo, não sabe!... (Lídia, 1948, apud FREITAS, 2003, p. 53)

O relato acima apresenta de forma clara a influência familiar e o reconhecimento da profissionalização feminina. Apesar do valor social atribuído ao casamento, os pais de Lídia a incentivaram a estudar e trabalhar. Eles a incentivaram a seguir com algo que a tornasse independente, e que possivelmente a trouxesse uma maior realização pessoal. Talvez a sua trajetória fosse diferente se ela não tivesse recebido o devido apoio familiar.

Quanto à questão salarial, já mencionada anteriormente, é interessante ressaltar a sua inferioridade quanto ao salário masculino pelo ponto de vista de Freitas (2003, p. 154), pois "o trabalho feminino é mal remunerado, sendo que o salário da professora provavelmente poderia ser complementado pela renda do pai ou do marido". Dessa forma, seria possível questionar a "independência" feminina no discurso da ex-normalista Lídia, já que uma docente recebia um salário com qual não conseguiria se sustentar sozinha.

Neste período, a mulher continua vista como ideal para o ensino infantil, pelo simples fato de ser mulher:

O trabalho de educar e cuidar de crianças pequenas, destinado socialmente às mulheres, aparece desqualificado em relação ao trabalho masculino, sob a perspectiva salarial. A representação docente feminina aparece, de certa forma, como extensão de atividades domésticas não remuneradas.

A desqualificação do trabalho docente feminino, o não reconhecimento de suas atividades em nível salarial caracterizam de certa forma a posição inferior que a mulher ocupa na produção. (FREITAS, 2003, p. 155)

Um fato interessante ainda durante o período, mencionado por FREITAS (2003, p. 158) é que em 1911, o então presidente de Sergipe, José Rodrigues da Costa Dória, defende "a necessidade de professores primários, já que entende que as mulheres devem continuar se dedicando às crianças menores, e que os homens possuem 'qualidades superiores' para educar os meninos mais velhos". Apesar do discurso baseado em presunções quanto à capacidade de ensino das mulheres e dos homens ao lidar com crianças, devido ao baixo nível salarial, a categoria se feminiza cada vez mais.

AFINAL, O QUE O REPRESENTAVA SER UMA DOCENTE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO PRIMÁRIO NA SOCIEDADE SERGIPANA DOS PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XX

O fim do século XIX é, sem dúvidas, marcante para a história da mulher brasileira. Se antes a mesma era malvista, considerada “indecente” se não tivesse família, julgada a ser apenas capaz de cuidar da casa, do marido e dos filhos, através do magistério uma nova porta para a “decência” e reconhecimento social se abre. Entretanto, é preciso considerar as circunstâncias nas quais essa transformação ocorreu.

Há de se questionar a razão pela qual a mulher se interessaria pelo magistério. Será que neste início de século todas as mulheres tinham esse dom maternal para o ensino infantil Ou estavam apenas fadadas a cumprir com a profissão para se verem em uma posição um pouco mais aceitável na sociedade E por que o homem não era visto como capaz de cuidar dos filhos e da família Por que este não seria capaz de ensinar crianças menores

Pela forma como foram impostas as condições pela sociedade da época, não parece ter havido aceitação suficiente para ser mulher independente na mesma. Apesar dos tabus, que lentamente foram se desconstruindo, a mulher brasileira estava, de certa forma, “presa” à pouquíssimas possibilidades de ser aceita e respeitada socialmente sem ser responsável pelo lar. A boa morigeração, exigida para homens e mulheres, se tornava ainda mais intensa quando encarada pelas futuras docentes.

Do currículo da Escola Normal ao salário, são os valores sociais que constroem a representação docente ideal da mulher dos primórdios do século XX. O magistério público primário, tanto no cenário nacional quanto no sergipano, era considerado uma extensão das atividades familiares. A mulher continua ainda com limitações quanto ao seu desempenho na sociedade. A família, até certo ponto, acompanha esses valores sociais, e apesar da baixa remuneração e de algumas frustrações profissionais pessoais, há um certo reconhecimento e satisfação por parte das normalistas pelas atividades executadas pelas mesmas e posição social adquirida.

Considerando todos os fatos já sabidos e comprovados acerca do processo de formação e atuação das normalistas, especialmente em Sergipe, se destaca a crença de uma proximidade maior da mulher ao papel natural de mãe e, conseqüentemente, de responsável por cuidar da família – e de educar crianças. Esse papel é atribuído, talvez por razões biológicas, de tal forma que muito foi necessário para começar a desconstruí-lo e dar à mulher a liberdade de escolha e compreensão quanto às suas decisões. Em tempo, ao homem atribuiu-se o papel de provedor financeiro da família, com uma responsabilidade inferior quanto à da mulher em relação aos cuidados familiares e uma maior pressão quanto ao sustento econômico da mesma. Questionar esses papéis é de grande importância para a construção de uma sociedade com valores como o respeito, a compreensão e a colaboração como base, que se refletem diretamente no sistema educacional e a sua constituição.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos escolares em Sergipe (1911-1930):** cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal: EDUFERN, 2009.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias Íntimas:** sexualidade e erotismo na história do Brasil. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **“Vestidas de azul e branco”:** um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupos de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGE, 2003.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA filho, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte, Autêntica, 2000. p. 95-134.

Mestranda em Educação e graduada em Letras – Português e Inglês pela Universidade Federal de Sergipe (luana.ines@hotmail.com).

Graduando em Letras – Português e Inglês pela Universidade Federal de Sergipe (sergiomurilo.ea@hotmail.com).